

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Liberal*

Class.: 51

Data: 07.02.85

Pg.: _____

(Lucio Flavio Pinto)

4468

Descarte fundiário

O Iterpa e a Funai dispõem de 45 dias para tentar impedir que a superposição de parte do loteamento do "Projeto Integrado Trairão", lançado na semana passada, com terras reivindicadas pelos índios Caiapó para sua reserva se transforme num sério conflito. A superposição compreende 91 dos 511 lotes postos à venda pelo Iterpa, abrangendo aproximadamente 300 mil hectares.

Os índios exigem que a demarcação da reserva inclua toda a área ao norte do igarapé Trairão, um afluente do rio Xingu no município de São Felix, que foi prevista na delimitação original. Nessa área há a incidência completa de seis títulos definitivos e seis provisórios. Nella foram ainda assentados parcialmente mais três títulos provisórios e três definitivos.

A superposição, portanto, não abrange apenas os lotes que o Iterpa dispõe-se a vender, mas também algumas fazendas em processo de implantação. Há certa dúvida sobre parte dos domínios da fazenda Vale do Rio Dourado, da qual a Volkswagen e o Bradesco participam.

Os fazendeiros que já ocupam as terras não aceitam abrir mão delas em favor dos índios. Foi o que deixaram bem claro seus representantes nos encontros realizados na Funai. A licitação do Iterpa poderia ser a oportunidade para regularizarem suas pretensões e consolidarem seus direitos. Um técnico do órgão admitiu que a parte norte do loteamento já está ocupada e que a licitação visa justamente esta situação. Circula a informação de que somente uma madeireira possui 10 requerimentos de compra na área. Foi ela quem promoveu a derrubada de 10 mil árvores de mogno.

O Iterpa tem duas alternativas: suspender a licitação

dos lotes superpostos ou manter o leilão, criando uma situação de fato. Há indícios de que o órgão esperará que a Funai comprove os direitos dos índios à ampliação e só então poderia fazer a exclusão dos lotes. Sem um acordo administrativo, Iterpa e Funai poderiam iniciar uma disputa para comprovar quem tem o direito de utilização da área.

O grande problema é que esta discussão, qualquer que venha a ser o seu encaminhamento, terá pouco a ver com as ações práticas. A Funai teme que os índios simplesmente se recusem a continuar aceitando a penetração na área que consideram suas, enquanto fazendeiros e madeireiros não pretendem ficar imobilizados.

Tal perspectiva sugere imediatamente uma pergunta: é inevitável ou indispensável este loteamento, o primeiro do atual governo? Ao lançá-lo oficialmente, o governador Jáder Barbalho respondeu afirmativamente. Repetiu alguns dos argumentos anteriores sobre a necessidade de dar destinação produtiva a áreas não utilizadas, mas também prometeu que não repetirá o ato meramente mercantil das outras licitações.

A mudança começa pelo nome: ao invés de loteamento, o empreendimento se chama Projeto Integrado Trairão. O governo fez um arremedo de levantamento da potencialidade da área, indicou a forma de explorá-la e reservou 1% (10 mil hectares em um total de um milhão) para colonos. São alterações nominais: no fundo, em boa parte dos lotes já existe alguma ocupação ou interesse, que se refletirá no momento da avaliação das propostas.

O governador ressaltou também outro fator: o Iterpa espera arrecadar com a venda das terras, na pior das hi-

póteses, 15 bilhões de cruzeiros. É dinheiro para ser usado nas regularizações fundiárias, na aquisição de equipamentos e em toda a onerosa estrutura fundiária.

Um lote médio de três mil hectares pode sair por quase 40 milhões de cruzeiros. Mesmo alguns técnicos do Iterpa acham que já seria um bom preço. No entanto, em vários desses lotes pode haver, em média, algo como nove mil árvores de magno. Cada uma delas, ainda estando em pé na mata, vale mais de 100 dólares. Logo, só com a exploração da madeira mais nobre, entre algumas outras com aceitação no mercado, o comprador do lote poderá faturar mais de três bilhões de cruzeiros, sem precisar gastar para montar uma atividade econômica.

Mais uma vez, ignora-se o principal recurso natural da região, que é a madeira. Um duplo prejuízo: tanto para o Estado, que acaba vendendo terra a preço de banana, como para a própria natureza, submetida a um processo de empobrecimento e degradação. O governo, assim, amplia o horizonte de um ciclo irracional de exploração que vai exterminando as reservas de riqueza florestal.

Na licitação, o Iterpa exige de cada interessado a apresentação de um projeto de aproveitamento econômico da terra que, na verdade, não tem passado de um formulário preenchido sem correspondência com a realidade. Os projetos são fictícios, teóricos, apenas um compromisso formal. O que subsiste dessas licitações é uma transação de compra e venda, na qual os mecanismos de controle de que o governo se vale, ao imitar títulos com cláusulas resolutivas, são criados exclusivamente para inglês ver. O Estado acaba mesmo é alienando, por muito pouco e de forma irremediável, um patrimônio valioso.